

I SEMINÁRIO: FORMAÇÃO **ANTIRRACISTA** NO SERVIÇO SOCIAL

EVASÃO ESCOLAR NO BRASIL COMO FERRAMENTA PARA MANUTENÇÃO DE PRIVILÉGIOS DA BRANQUITUDE

Sessão temática 01 – Questão social e questão racial

Caju Borges de Castro, UNESP – Franca
kdecaju@gmail.com

Carlos Eduardo dos Santos, UNESP – Franca
c.eeduardo1103@gmail.com

Dagoberto José Fonseca, UNESP – Araraquara
dagobertojose@gmail.com

Helena Vitória da Silva, UNESP – Franca
helena.vitoriads1@gmail.com

Micaelle Fernanda de Aguiar, UNESP – Franca
micaellefernanda940@gmail.com

RESUMO Propõem uma reflexão acerca da evasão escolar como ferramenta utilizada pela Branquitude para a manutenção de seus privilégios e da falsa ideia de sua superioridade. Perpassou-se pela historicidade da fundamentação da Política de Educação, evidenciando como ela é apropriada na medida em que representa elemento intrínseco a organização das relações humanas no modelo socioeconômico capitalista.

PALAVRAS-CHAVE: Educação; Racismo; Branquitude; Adolescência; Evasão Escolar.

INTRODUÇÃO E METODOLOGIA.

A construção do devido ensaio surge mediante o encontro de caminhos de todas as pessoas que o compõem na disciplina optativa “Questão Étnico-Racial no Brasil”, ministrada pelo Drº Profº Dagoberto, no curso de Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – Campus de Franca – UNESP/SP, na qual surge diante do tensionamento constante e precedente da organização estudantil, bem como das entidades representativas da profissão que vem intensificando a todo tempo para o evidenciamento da importância da capilarização do debate das relações étnicos raciais e da importância da descentralização do mesmo uma vez que tal esfera compõem os múltiplos determinantes das expressões da questão social.

Somado a isso, movidos pela urgente necessidade da constituição da curricularização das extensões a disciplina foi articulada e construída coletivamente entre discentes da



I SEMINÁRIO: FORMAÇÃO **ANTIRRACISTA** NO SERVIÇO SOCIAL

graduação e pós-graduação, dois Centros de Referências em Assistência Social e de duas Escolas Estaduais - PEI (Programa de Ensino Integral) da cidade de Franca localizadas em espaços periféricos. Desse modo, foi possível refletir sobre a política educacional de uma forma crítica e aproximada da realidade uma vez que educadores e estudantes de ambas as escolas participaram de diferentes momentos da disciplina.

Pretendeu-se, aqui, evidenciar como a construção das infâncias e adolescências se dão de modo distintos, mediante ao processo de colonização e exploração, desenhado e efetivado pelas pessoas brancas durante a trajetória brasileira e em como a evasão escolar se expressa enquanto uma ausência da responsabilidade estatal no reconhecimento e reparação do processo de formação sócio-histórica do Brasil. Destarte, instiga-se reflexões acerca da implementação da Lei Federal nº. 10.639/03 na qual possibilita pensar caminhos que rompam com a lógica da branquitude ao tornar obrigatório o estudo das Histórias e Culturas Afro-Brasileiras, implementando uma educação antirracista que evidencie outros caminhos da história. Por meio de pesquisa bibliográfica e documental, reflete-se a importância da implementação da lei e dos desafios para a sua efetivação ao passo em que a branquitude continua usufruindo de seus privilégios e se mantém omissa diante das tensões das expressões da questão social. Desse modo, aborda-se caminhos e estratégias para se pensar a efetivação e consolidação de uma educação que rompa com a lógica das relações de poder e hierarquia de raças direcionando para a construção de outra ordem societária.

RESULTADOS.

Ao se refletir sobre a história da educação e a consolidação dessa política que na atualidade configura-se enquanto direito básico de crianças e adolescentes sendo dever do Estado, sociedade e famílias sua oferta e garantia de acesso é necessário ampliar o olhar para esta como produto da história, expressão de um processo que como conceituado por Cynthia (2003) se dá a partir das diferenças ocorridas na sociedade em lugares e períodos distintos e que, portanto, se constrói de maneira orgânica e não estática. Ela acrescenta, ainda, que este processo de investigação não pode se dar de maneira isolada uma vez que tornar-se-ia uma especialização da história, ou seja, torna-se parte de um todo, da qual não objetivamos fazê-lo em nossas reflexões. Portanto, é necessário partir de um lugar de totalidade na qual a Educação, bem como sua história, compõe partes de um processo econômico, cultural, social, ideológico, sistêmico e que expressa suas particularidades a partir da historicidade brasileira.



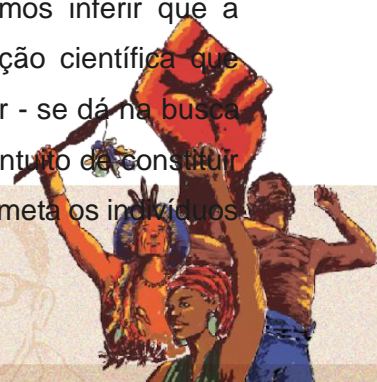
I SEMINÁRIO: FORMAÇÃO **ANTIRRACISTA** NO SERVIÇO SOCIAL

Portanto, olhamos para a educação como um processo que se constitui simultaneamente com o desenvolvimento do ser social e que, este, por sua vez, se constrói a partir da acumulação de conhecimento e técnicas práticas de transformar e dominar a natureza. A constituição do conhecimento e do saber se dá de forma mais ampliada do que no ambiente escolar, estes são ferramentas da arte de educar e apreender, intrínseca a toda e qualquer pessoa pois, estas, possuem condições biológicas de acumular e de repassar conhecimentos utilizando-se de diversas ferramentas para a sua propagação.

Destarte, compreende-se que diferentes elementos compõem a vida e as relações sociais e, que, a formação do Ser Genérico se dá na relação dialética do acúmulo de habilidades advindas de um processo educacional natural, voltado para a sobrevivência e propagação de sua existência, ancorado na busca da autonomia, potencialização e emancipação do ser, em paradoxo com a dependência ontológica imposta pela relação de exploração e dominação das práticas do trabalho para acumulação de capital que, tomam como palco para o funcionamento de suas engrenagens de alienação a Educação Formal, dita institucionalizada e bancária, na busca de um comportamento coletivo voltado para a manutenção e aceitação da ordem societária que correspondem aos interesses da lógica dominante.

As teses reprodutivistas e mecanicistas que grassam no fértil terreno das elaborações teóricas, muito embora tenham tido fortes influências na constituição de estratégias tanto no campo da educação quanto no da política, mostraram-se - do ponto de vista da experiência histórica concreta - insuficientes no trato da complexidade que envolve a relação entre poder e educação no que diz respeito aos processos de manutenção ou mudança social. Para a superação dos pontos de estrangulamento no trato dessa relação é fundamental compreender a educação a partir dos processos históricos que a tornaram uma dimensão cada vez mais complexa da vida social. (ALMEIDA, N., 2007, p. 2).

É na arena desses fatos que a Educação ganha palco fundamental para a construção e reprodução de lógicas dominantes, mas não cumpre esta função de forma isolada e determinante, na medida em que se entrecruza com outros elementos constitutivos das relações sociais ao modus operandi capitalista. Desse modo, podemos inferir que a trajetória da institucionalização do processo educacional e da produção científica que embasa o seu direcionamento - da qual não buscamos aqui aprofundar - se dá na busca de se apropriar deste mecanismo, de acordo com Fonseca (2022), no intuito de constituir alicerces e cimento que possibilite a naturalização de uma lógica que submeta os indivíduos.



I SEMINÁRIO: FORMAÇÃO **ANTIRRACISTA** NO SERVIÇO SOCIAL

que não comungam ou contenham semelhanças culturais, físicas e sociais com o grupo dominante à invisibilidade, ao silenciamento, ao extermínio e ao apagamento, efetivando relações de mortes físicas e simbólicas.

Não obstante, no contexto histórico-brasileiro, a realidade de consolidação destes espaços ainda é algo muito recente, no qual observa-se o distanciamento das condições concretas e simbólicas de acesso e permanência dos estudantes, desde o nível básico até o ensino superior. Tal realidade se apresenta, entre outros fatores, na medida em que as políticas após a abolição da escravização e com o início da trajetória para o trabalho “livre” não foram - intencionalmente - pensadas para a inserção das pessoas negras e indígenas na sociedade brasileira, pelo contrário, as desigualdades sociais e étnico-raciais se intensificaram por intermédio da constituição de legislações e políticas que promoveram e sustentaram a manutenção destas desigualdades.

Segundo Dávila (2006), a política educacional brasileira foi construída por pessoas brancas elitizadas que transformaram as escolas públicas em espaços de supremacismo branco-europeu e que foram projetadas para produzir ideologias europeias. Com isso, torna-se um desafio a efetivação dos direitos das pessoas pretas no Brasil, pois as estruturas corroboram para o não acesso desta comunidade. A educação brasileira atualmente continua a ser elitista e com perspectivas racistas, no qual produzem ideologias que distorcem a história de pessoas negras e indígenas. É notório que o eurocentrismo não está apenas nas estruturas de poder; constitui-se no conhecimento e permeia a historiografia brasileira. Nesse contexto, a História de África é construída a partir de uma perspectiva negativa no processo escolar básico uma vez que o processo de colonização apagou outras histórias que se distanciam de território explorado e pobre. Destarte, este fator, torna-se um obstáculo para a consolidação de um currículo antirracista, pois a predominância eurocêntrica expressa-se, ainda, em um “currículo colonizado”. A luta é por uma educação igualitária para as pessoas negras abrangendo diversas frentes, desde o acesso à educação básica até a presença e representatividade nos currículos escolares e nas instituições de ensino superior.

Foi com a colonização que a branquitude se apresentou como referencial de universalidade e de superioridade, tendo papel central na construção do conhecimento pelas ciências. Esse mesmo processo impulsionou que povos e culturas fossem considerados não só inferiores, mas também que o conhecimento do ser humano branco ocidental fosse visto como um saber válido, universal e científico (RAPOSO; ALMEIDA; SANTOS, 2021, v.16, p.6)



I SEMINÁRIO: FORMAÇÃO **ANTIRRACISTA** NO SERVIÇO SOCIAL

CONSIDERAÇÕES FINAIS.

A discussão sobre as relações étnico-raciais e a Lei 10.639 revela a importância de abordar a diversidade étnico-racial de forma inclusiva e educativa. A promulgação dessa legislação no Brasil representa um marco significativo ao reconhecer a necessidade de incluir o estudo da história e cultura afro-brasileira e africana no currículo escolar, bem como se evidencia enquanto um reconhecimento político e jurídico do Estado brasileiro diante de sua responsabilidade com o processo de metamorfose social diante a dívida histórica com o povo negro e indígena brasileiro. No entanto, a efetiva implementação dessa lei ainda enfrenta desafios.

Em vista do contexto susodito, algo se coloca como demanda urgente para o campo de atuação do Serviço Social - o combate ao Racismo e a sua perpetuação - que se estruturam dentro das lógicas institucionais de Ensino, por meio da produção e reprodução do que é validado enquanto conhecimento. Destarte, efetivar respostas para estas relações de opressão e violência configura-se enquanto pilar para a construção de uma transformação educacional em que a desigualdade de raças e o mito de democracia racial não se faça presente no cotidiano dos indivíduos, sendo possível pensar os caminhos para a efetivação do projeto de universalização e garantir permanência estudantil material e simbólica na Educação Básica.

Referências

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. **O Serviço Social na Educação: novas perspectivas sócioocupacionais**. In: SIMPÓSIO MINEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, Anais [...]. Belo Horizonte, maio de 2007, páginas 1-16. Disponível em: https://necad.paginas.ufsc.br/files/2012/07/O_Servico_Social_na_Educacao_perspectivas_socio_ocupacionais1.pdf. Acesso em: 15 set. 2023.

FONSECA. Dagoberto José. **O ocidente mente - uma mente por detrás do Ocidente - a “ciência”**. As mentiras do Ocidente. 1ª Edição. São Paulo: Selo Negro. 2022. p. 30-62.

DÁVILA, Jerry. **Diploma de brancura: política social e racial no Brasil**. São Paulo, 1917-1945. Unesp, 2006.

VEIGA. Cynthia V.; FONSECA. Thais N. de L. **História e historiografia da Educação no Brasil**. Edição 1ª. Minas Gerais: Editora Autêntica, 2003. RAPOSO, Patrícia Lorena; ALMEIDA, Roberta Santos de; SANTOS, Simone Cabral Marinho dos. **O pensamento decolonial como estratégia de enfrentamento ao racismo estrutural no contexto escolar**. Praxis educativa, v. 16, 2021.

